



Estado quer conquistar os donos de fazendas



www.abagr.org.br

O jornal A Cidade, de Ribeirão Preto, publicou em 21 de outubro matéria do jornalista Carlos Alberto Nonino, onde a coordenadora de licenciamento ambiental da Secretaria do Meio Ambiente surpreendeu proprietários rurais da região de Orlandia, ao assumir uma postura menos punitiva em relação à legislação ambiental. Abaixo a reprodução do texto

O Estado de São Paulo não pode perder 20% de sua área de produção rural para atender à exigência da legislação sobre reserva legal. Seria um prejuízo enorme para a economia estadual, como para cada produtor em particular. Também o proprietário rural não pode, sozinho, ser responsável pela manutenção das áreas de preservação permanente, pois este é um custo que deve recair para toda sociedade.

Foi o que a coordenadora de Licenciamento Ambiental e de Proteção de Recursos Naturais, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Helena Carrascosa von Glehn, afirmou na Carol, em Orlandia, de certa forma surpreendendo positivamente os quase 200 proprietários rurais presentes à reunião, já que eles costumam dizer que são “insuportáveis” as exigências da legislação relativa à proteção do meio ambiente.

Ação conjunta

Helena Carrascosa demonstrou claramente que o governo de São Paulo, ao lado de esperar que sejam atenuados dispositivos estabelecidos pela legislação federal, pretende também resolver, pelo diálogo, o que depende diretamente da ação estadual.

Várias vezes ela disse que “precisamos combinar a jogada” e citou o que Garrincha teria conversado com o treinador Vicente Feola, antes do jogo contra a então chamada União Soviética, pela Copa do Mundo de 1958: “o senhor combinou isso com os russos?”, teria perguntado o jogador ao ouvir as instruções de Feola sobre como o time deveria se comportar.

“Nós temos que agir em conjunto”, insistiu Helena. “Pela dificuldade de comunicação, existe um confronto entre o proprietário rural e o meio ambiente, como se tivessem numa posição antagô-

nica, e isso precisa acabar, com todos se colocando do mesmo lado”, afirmou.

O que fazer

A coordenadora da SMA lembrou que o proprietário rural é obrigado a conservar as matas ciliares localizadas às margens dos cursos d'água dentro de sua fazenda, mas não é obrigado a repor esta mata ciliar, desde que ela deixou de existir.

“Mas nós queremos que ele participe da reposição”, afirmou, nessa altura chegando a sugerir a possibilidade um mecanismo pelo qual o proprietário seja remunerado por manter a área, entre outras medidas de estímulo. A preservação, disse, é um benefício para o proprietário, mas é, principalmente, um benefício para a sociedade.

Com relação à reserva legal, Helena Carrascosa informou que está sendo preparada a mudança no decreto, considerado rigoroso, que Cláudio Lembo assinou no final de seu mandato-tampão de governador, isto devendo acontecer, no que for possível, mesmo que não seja aprovado, em âmbito federal, o projeto que atenua a exigência de 20%.

Projeto do governo

Mesmo com essas medidas, ela disse que a Secretaria Estadual do Meio Ambiente não abre mão de seu projeto ambicioso, que visa aumentar dos atuais 13,7% para 20% o índice de cobertura florestal do Estado, o que significaria a incor-

poração de mais 1,7 milhão de hectares.

Esta cobertura, explicou, não é homogênea e há muitos fragmentos pequenos, de menos de 100 hectares. No que se relaciona à mata ciliar, há uma soma de 120 km de cursos d'água desprotegidos, daí ser esta a maior prioridade. Em novembro, deve ser divulgado um levantamento completo sobre a mata ciliar no Estado, para direcionar a ação do governo.



HELENA CARRASCOSA. Governo quer repôr pelo diálogo questões como as de reserva legal e de manutenção de matas ciliares

Estado quer conquistar os donos de fazendas

Secretaria Estadual espera participação no projeto de reposição florestal, mas também pretende abrandar a exigência sobre reserva legal, para obter resultados

CARLOS ALBERTO NONINO
A CIDADE

O Estado de São Paulo não pode perder 20% de sua área de produção rural para atender à exigência da legislação sobre reserva legal. Seria um prejuízo enorme para a economia estadual, como para cada produtor em particular. Também o proprietário rural não pode, sozinho, ser responsável pela manutenção das áreas de preservação permanente, pois este é um custo que deve recair para toda sociedade.

Foi o que a coordenadora de Licenciamento Ambiental e de Proteção de Recursos Naturais, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Helena Carrascosa von Glehn, afirmou na Carol, em Orlandia, de certa forma surpreendendo positivamente os quase 200 proprietários rurais presentes à reunião, já que eles costumam dizer que são “insuportáveis” as exigências da legislação relativa à proteção do meio ambiente.

De acordo com o Código Florestal, de 1966, os

proprietários rurais, reserva legal é o mínimo de 20% em cada propriedade rural e o percentual pode ser controlado, com exceção, portanto, à atividade produtiva, e não independentemente da área de preservação permanente; portanto, como as de matas ciliares.

Ação conjunta

Helena Carrascosa demonstrou claramente que o governo de São Paulo, ao lado de esperar que sejam atenuados dispositivos estabelecidos pela legislação federal, pretende também resolver, pelo diálogo, o que depende diretamente da ação estadual.

Várias vezes ela disse que “precisamos combinar a jogada” e citou o que Garrincha teria conversado com o treinador Vicente Feola, antes do jogo contra a então chamada União Soviética, pela Copa do Mundo de 1958: “o senhor combinou isso com os russos?”, teria perguntado o jogador ao ouvir as instruções de Feola sobre como o time deveria se comportar.

“Nós temos que agir em conjunto”, insistiu Helena.

Pela dificuldade de comunicação, existe um confronto entre o proprietário rural e o meio ambiente, como se tivessem numa posição antagônica, e isso precisa acabar, com todos se colocando do mesmo lado”, afirmou.

O que fazer

A coordenadora da SMA lembrou que o proprietário rural é obrigado a conservar as matas ciliares localizadas às margens dos cursos d'água dentro de sua fazenda, mas não é obrigado a repor esta mata ciliar, desde que ela deixou de existir.

“Mas nós queremos que ele participe da reposição”, afirmou, nessa altura chegando a sugerir a possibilidade um mecanismo pelo qual o proprietário seja remunerado por manter a área, entre outras medidas de estímulo. A preservação, disse, é um benefício para o proprietário, mas é, principalmente, um benefício para a sociedade.

Com relação à reserva legal, Helena Carrascosa informou que está sendo preparada a mudança no decreto, considerado rigoroso, que Cláudio Lembo assinou no

final de seu mandato-tampão de governador, isto devendo acontecer, no que for possível, mesmo que não seja aprovado, em âmbito federal, o projeto que atenua a exigência de 20%.

Projeto do governo

Mesmo com essas medidas, ela disse que a Secretaria Estadual do Meio Ambiente não abre mão de seu projeto ambicioso, que visa aumentar dos atuais 13,7% para 20% o índice de cobertura florestal do Estado, o que significaria a incor-

poração de mais 1,7 milhão de hectares. Esta cobertura, explicou, não é homogênea e há muitos fragmentos pequenos, de menos de 100 hectares. No que se relaciona à mata ciliar, há uma soma de 120 km de cursos d'água desprotegidos, daí ser esta a maior prioridade. Em novembro, deve ser divulgado um levantamento completo sobre a mata ciliar no Estado, para direcionar a ação do governo.

Os caminhos

Quase 60 mil quilômetros rodados, 426 visitas realizadas, 32 roteiros diferentes, cerca de 24.500 alunos beneficiados. Este é o balanço do Programa Educacional “Agronegócio na Escola” no ano de 2007. Os estudantes, depois de receberem noções sobre agronegócio em sala de aula, visitam empresas associadas à ABAG/RP para conhecer o maior setor da economia brasileira. Nas visitas a intenção é que os alunos vivenciem na prática a aplicação dos conceitos teóricos estudados nas disciplinas da grade escolar, que percebam a importância da boa formação, e que descubram as oportunidades que a região oferece. Cada uma das 141 escolas participantes tem autonomia para abordar o tema da maneira mais adequada ao seu planejamento escolar, nas disciplinas oferecidas.

Em algumas escolas, como a “José Pacífico” da cidade de Guariba, a participação no “Agronegócio na Escola” foi a chance de interagir mais com o setor privado, com resultados importantes para a formação dos alunos e para a convivência com a comunidade local. Neste ano, a Feira de Ciências da Escola deu lugar a uma feira do meio ambiente, resultado da visita realizada pelos alunos na Central de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos da associada Coplana, Cooperativa dos Plantadores de Cana da Zona de Guariba, no “Dia do Campo Limpo”. Da visita resultou uma parceria para distribuir mudas de árvores para a população, e a construção, em conjunto, de um viveiro de mudas na escola, que produzirá verduras para a merenda escolar e ervas e mudas de árvores para serem repassadas sem custos para toda a cidade. Para a coordenadora da escola, Viviam Sgarbosa de Mello a possibilidade dessa parceria com o setor permite que os alunos enxerguem além dos muros da escola, que se insiram proativamente na comunidade e que descubram caminhos profissionais nunca antes imaginados.



Aluno experimenta o açúcar ainda quente, na Usina L



Alunos no Laboratório de Entomologia da Usina São Francisco, em Barrinha, descobrem como é feito o controle biológico de pragas



Funcionários da Coplana no viveiro de mudas da escola Paraíso Cavalcante, de Guariba



Alunos da escola Washington L



Na Usina Buriti, em Buriti

da educação



Na Usina da Pedra, em Serrana, alunos conhecem todo o processo de fabricação do açúcar e do álcool



Alunos da escola Ângelo Scarabussi, de Franca, em visita à Jumil, de Batatais, onde viram a fabricação de implementos agrícolas, desde a fundição até a montagem final



Na moenda da Usina Santa Cruz, em Araraquara, alunos assistem ao início do processo da geração de energia elétrica a partir do bagaço da cana



Alunos se surpreendem com o sabor do melão na Usina Ipiranga, em Descalvado



Alunos, visitam a Jardest, em Jardinópolis



Na Usina MB, em Morro Agudo, alunos e funcionários registram visita



Alunos da escola Merenza



Alunos da escola Isaias, fazem plantio de árvores, no final da visita à Usina São Martinho, em Pradópolis

Taiapu, pequena e feliz

No final do século XIX alguns moradores de Jaboticabal deixaram a cidade para fixar residência no ponto de descanso de viajantes, entre São José do Rio Preto e Araraquara. Formaram um pequeno povoado chamado São José do Paraíso, onde foi instalado um posto policial. Mais tarde, com a doação de 80 alqueires de terras por fazendeiros locais nascia o distrito de Tayaçu, nome de origem indígena que significa “Porco do Mato”. Emancipada em 1953, Taiapu é hoje uma cidade com pouco menos de 6.000 habitantes, pacata e com o mesmo desafio das cidades de porte semelhante: oferecer emprego para seus moradores, principalmente os mais jovens.

De origem agrícola, a cidade não possui nenhuma indústria. É a lavoura que garante emprego para a mão-de-obra menos qualificada. Para os jovens o grande sonho é terminar o ensino médio e buscar oportunidades em cidades maiores, ou na Capital. Taiapu possui três escolas, sendo duas de responsabilidade do município: uma creche e uma de ensino fundamental, até a 4ª série. O Estado é responsável pela escola de 5ª ao 3º colegial, a E.E. Anselmo Bispo dos Santos, que participa do Programa Educacional “Agronegócio na Escola”. A Secretaria de Educação faz um trabalho conjunto com o Fundo de Assistência Social, para garantir a permanência dos alunos na escola e oferecer outras atividades em horário oposto às aulas. Os cursos oferecidos são: corte e costura em máquina industrial, cabe-



Praça da Matriz, ponto de encontro da população

leiro e pintura de tela e tecidos. São destinados preferencialmente aos jovens mas toda a comunidade pode participar. Uma cooperativa de costura já foi criada na cidade. Vários profissionais da área de beleza estão trabalhando em Taiapu e na região. Cursos de teatro, dança e banda são as outras opções para ocupar os jovens de 12 a 16 anos.

Na área da saúde a cidade conta com uma unidade mista, uma básica e dois Programas de Saúde da Famí-

lia responsáveis pelo atendimento primário da população local. Os casos que exigem atendimento mais especializado são encaminhados para Bebedouro. Uma clínica dentária e uma de fisioterapia completam o atendimento municipal. Para os moradores de terceira idade, hidroginástica e ginástica com fisioterapia são oferecidos em academia particular, por conta da prefeitura.

A infra-estrutura da cidade é toda 100%: coleta e tratamento de esgoto, iluminação pública, asfalto, fornecimento de água, coleta de lixo e deposição em área controlada.

O comércio local é pequeno, mas suficiente para o dia-a-dia da população, assim como o setor de serviços. A cidade conta com agência bancária, correio, casa lotérica, lojas de roupas, oficinas mecânicas, restaurante, lanchonetes, farmácia, escritório de contabilidade, entre outras facilidades. Parece óbvio, mas várias cidades pequenas não possuem sequer posto bancário, por isso, o taiapuense se orgulha da sua charmosa cidade, cuja estrada de acesso parece mais uma alameda com frondosas árvores e flores. A rua principal termina na porteira de uma fazenda. A praça central e o coreto são os pontos de encontro. A amizade e o fato de todos se conhecerem são pontos positivos que remetem a segurança e ao bem estar.

